EXMO. SR. DR. PROCURADOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA,

IDEA nº 003.9.248141/2023

José Ulisses Ferreira Junior, já identificado na representação referida acima, solicita de S.Exa.

JUNTADA DE DESTA PETIÇÃO

à mesma representação, ao tempo em que solicita a consideração do crime de

COAÇÃO NO CURSO DO PROCESSO

O requerente já escutou coisas que naturalmente não podem ser provadas e, por isto, não pode formalizar o que simplesmente escuta. Não obstante, observa que, ao longo dos últimos 5 anos, desde o curso de um processo cível no Juizado de Pequenas Causas, e durante dois processos no JECRIM de Itapuã, atravessando dois anos de pandemia da covid-19, sendo que um deles ainda não foi arquivado, o requerente tem sido alvo de ataques violentos e ameaçadores dos acusados fazendo uso do seu pastor alemão macho, inclusive privando o requerente do sono conforme relatado na petição inicial da representação. O requerente estava na condição de vítima. E, em maio deste ano, logo após a audiência no segundo processo do JECRIM, vespertino, os acusados abriram o referido processo no Juizado Cível de Pequenas Causas colocando assim a vítima e representante na condição de Réu, portanto, parte do processo em curso. Na página 21 da representação, é apresentada uma ocorrência bem nova, de domingo 21 de junho de 2023, quando o cachorro latia persistentemente e parou definitivamente de latir quando pessoas da casa 24, ao lado da casa do requerente, chegaram, o que prova que não são latidos de “algum cachorro bobo” e sim de uso do cachorro como arma contra o requerente. Nesse último domingo, o requerente estava tanto na condição de vítima no JECRIM como sido colocado por eles próprios, e por iniciativa própria, na condição de Parte Ré, de um processo que não faz sentido algum, **o que aumenta ainda mais a responsabilidade deles pelos cursos dos processos.** Parte das “provas” apresentadas pelos acusados não tem a ver com eles, e parte das “provas” deles não tem a ver com o requerente. E uma terceira parte simplesmente é assunto dos processos criminais e que só prova a armação deles próprios usando o mesmo cachorro. E Já estão querendo dinheiro do requerente atravessando a acusação criminal, em vez de eles se defenderem no JECRIM. Se o requerente fosse algum louco de provocar pastor alemão de outrem, eles já teriam colocado um gravador em sistema de segurança, o que não é caro, e teria as provas. Entretanto, eles usam apenas celular porque tudo o que podem fazer é armar e provocar ao máximo o requerente. Foi algo para **enganar o atendente do SAC** de modo a abrir um novo processo sobre o mesmo assunto, como uma espécie de golpe para subtrair dinheiro da vítima e incomodá-la, que é o seu passa-tempo predileto.

O que os acusados têm feito contra a vítima em seu local de descanso é traumatizante, e tem o poder de fazer ela se decepcionar com a humanidade ainda mais.

Além disso, eles chamam o requerente de “incapaz” em processo ao mesmo tempo em que prejudica a elaboração qualquer documento em sua casa, diminuindo assim a capacidade do

requerente de executar qualquer tarefa intelectual com a qualidade desejada ou necessária. Por exemplo, após o envio da representação ao protocolo do MP-BA, o requerente já viu alguns erros de português, como um de concordância verbal, por exemplo. Além disto, desvia a atenção das linhas de raciocínio para os latidos. Desse modo, eles interferem nas acusações usando violência e ameaça. Ao ver do requerente, **ameaça grave**, bastando para a execução abrir o portão da casa enquanto o requerente sai do seu veículo e abre o portão. **Mordidas de tais cachorros podem ser até letais.**

Como se sabe, a palavra “incapaz”, atribuída à vítima no processo cível de maio de 2023, pode ter sentido até de elogio como “é incapaz de praticar violência”, mas o sentido usado pelos acusados é muito pejorativo e **só faltaram deixar explícito que isso justifica toda a hostilidade que causam** ou qualquer desrespeito, por menor que seja, em vez de considerar alguém incapaz como sendo alguém que precisa de ajuda em termos de saúde e incentivo ao trabalho, e que, por isto, é prioridade. Contudo, eles não seriam nem são capazes de apontar qualquer processo, PAD ou criminal, onde a vítima tivesse que se defender de modo evitar o rótulo de incapaz, porque **tal processo nunca existiu**. Pior do que isto, os réus estão chamando publicamente a vítima de “inimputável”, e no sentido de “criminoso” sem, contudo, apresentar qualquer crime, e menos ainda provar. “Confusão mental” é o que eles querem causar.

Em resumo, porque o requerente achou por bem demorar de retornar ao Brasil enquanto aguardava a data da sua defesa de tese de PhD no Reino Unido, foi considerado “abandono de emprego” e foi recebido com um golpe político da 1ª licença médica, em reunião marcada na Reitoria da UFBA, e não na sede do Serviço Médico da UFBA, e a primeira da sucessão necessária para aposentarem um professor. Mas, que “abandono de emprego” é esse que seqüestram o empregado em sua chegada e fazem os rendimentos deste serem congelados por décadas? Sem querer entrar em política, foi isso.

Após ter conhecido o bastante sobre a má índole desses acusados nos últimos 5 anos, e por morar no mesmo endereço desde os 12 anos de idade – a casa tem um valor emocional e familiar, não apenas material – década antes da chegada deles, e ter estado muito convicto de que os acusados não vão retroceder nunca, e que podem até causar tragédia, o recurso restante consiste de abrir um **processo em Vara Cível fora do Juizado**, com advogado, com o objetivo único de expulsa-los de perto. Entretanto, o requerente não quer abrir tal processo em pé de igualdade e sim já estando os acusados fracos. E, para isto, precisa antes derrotá-los criminalmente, **o que não exigirá tanto da qualidade do seu advogado**, e já que o requerente é de origem simples e não conhece pessoalmente advogados, nem tem dinheiro para pagar dos melhores. Derrotar esses acusados tornou-se uma forma de defender parentes mais novos e que venham a morar no mesmo endereço, mesmo após a morte do requerente, além de defender a possibilidade de ter esposa e família no mesmo endereço. Enfim, o lugar deles não é na mesma travessa, e nem na parte de cima do mesmo conjunto Stiep, o que fica voltado para o Costa Azul, originalmente da Petrobras. Os pais do requerente são aposentados da Petrobras, enquanto que o acusado pai, antes de se aposentar, era comerciário do supermercado Makro próximo do Salvador Shopping. Com a aposentadoria dele, e bons rendimentos, eles podem morar em qualquer lugar.

Em audiência do processo do JECRIM Matutino, o MM Juiz, por saber da alegada necessidade de expulsá-los da travessa, esclareceu que isso seria na esfera cível. Não obstante, o processo cível pode ser deixado para depois. A alegação será simplesmente a de que não tem cabimento uma vítima e condenados por crimes contra ela viverem tão próximos. Existe ainda a vontade de deixar o terreno que os acusados invadiram livres, de modo que nenhum cachorro possa nele ficar.

A outra possibilidade é o caso de o Poder Público ter interesse em fazer uso do endereço deles, e desapropriá-los compulsoriamente. Pode ser um parque ou uma área verde, como já referido na inicial.

Cumprimentos.

Nestes termos, pede deferimento,

Salvador, 30 de junho de 2023,

José Ulisses Ferreira Junior